



Anais da Assembléia

N.º 50

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE JUNHO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 44.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Djalma de Almeida César.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antonio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Donato Julin, Edgard Pimentel, Márcio Almeida, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti e Sérgio Spada (6). Achando-se em licença o Senhor Deputado Artagão Mattos Leão (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consig-

nação em ata da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Lincoln Graça, ocorrido no último dia 30 de maio.

O extinto era médico sanitarista do Estado, tendo sido Vereador no Município de Joaquim Távora, onde era admirado e respeitado pelas posições firmes em defesa da comunidade que assumia e pela maneira simples e generosa com que tratava aos amigos e conhecidos.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência à família enlutada, encaminhando correspondência para a Praça XV de Novembro, 204, Joaquim Távora, PR.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) GABRIEL MANOEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais, voto de profundo pesar pelo falecimento do médico LINCOLN GRAÇA, ocorrido na cidade de Joaquim Távora, no último dia 31 de maio.

Nascido no Rio de Janeiro, em 25 de março de 1914, formou-se em medicina pela Universidade do Paraná, em 1937, quando foi agraciado com a Medalha de Ouro "Doutor Nilo Cairo", por seu desempenho acadêmico.

Na política, exerceu o cargo de Vereador, em Joaquim Távora, por três legislaturas.

Ingressou na Saúde Pública Estadual, em 1945, como médico sanitarista.

Por seu trabalho de elevado conteúdo humanitário, era considerado na Região do Norte Pioneiro, como médico dos pobres.

Seu falecimento, no dia 31 de maio de 1985, deixou enlutada a família, seu largo círculo de amizades e o povo paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo trágico falecimento do Senhor Jecir Brandalize, ocorrido nesta Capital, no dia de hoje.

Requer ainda, que seja enviada cópia à BRANDALIZE & CIA LTDA, Rua Mal. Deodoro, 947, 11.º andar, nesta cidade, e aos familiares Smar Sonda, residente à Rua 7 de Setembro, 1163 ap. 6, Doutor Carlos Miranda, Av. Brasil, 2249 fds; Milton Lago, Av. Paraná, 4.200 em Cascavel; ao Cartório de Registro de Imóveis de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O distinto exerceu as funções de Vereador no Município de Clevelândia e sempre foi uma pessoa integrada política e socialmente com os assuntos daquele município. Foi oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Clevelândia. Filho de tradicional família com ramificações em vários municípios do Paraná. Deixa o Senhor Jecir um enorme vazio no seu vasto círculo de relações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos realizados no dia de hoje, votos de congratulações dirigidos ao jornalista Anísio Moraes pelos sete anos do seu programa levando ao ar pela Rádio Difusora Colméia de Campo Mourão.

A sete anos atrás era dado início a um novo tipo de programa, através da pioneira e vigorosa rádio Colméia de Campo Mourão. Uma experiência inédita. Já que a intenção era no sentido de fazer jornalismo que fosse capaz antes de tudo, de dar cobertura aos fatos locais e regionais.

Longe de ser um programa que fosse copiativo (hábito muito comum de diversas emissoras que preferem os recortes de jornais cujas notícias eram lidas), o que se ouviu desde o seu início foi a criação de um espaço extremamente inédito para a imprensa de Campo Mourão e da região.

Desde os primeiros instantes, o Programa Anísio Moraes, batizado com esse nome através da consagração popular, como forma de homenagear o seu idealizador, foi conquistando simpatia e respeito.

Nos dias de hoje, Anísio Moraes tem proporcionado à população um programa ágil e inteligente. Mais do que isto, aquela programação se caracteriza por ser popular justificada no espaço que a própria comunidade utiliza.

Anísio Moraes é um jornalista crítico. Deste modo, sempre tem, quando se faz necessário, realizado denúncias, conseqüentemente, soluções para os problemas que possam estar atingindo e prejudicando a população. De suas colocações, por inúmeras vezes surgem a eliminação ou alerta para a importância das modificações pretendidas.

As críticas, sempre fundamentadas, não são as únicas linhas de conduta do Programa Anísio Moraes. Seu horário sempre pôde ser utilizado pelas autoridades públicas dos diversos âmbitos, pelos representantes dos partidos políticos ou pela classe política de um modo geral, pela Igreja, pelas Entidades de

Curitiba, segunda, em 03.06.85

representação de classe ou pela população, tanto local como regional. Enfim, o conjunto da sociedade instrumentalizou o Programa Anísio Moraes para divulgar realizações ou simplesmente manifestar um ponto-de-vista. E, quanto a Anísio Moraes, este demonstrou, em todos os momentos, maturidade visando apoiar todas as iniciativas que tivessem como objetivo maior o engrandecimento de uma rica e próspera região, que é a Centro-Oeste.

Não poderia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar de requerer, nos Anais deste Poder Legislativo, votos de congratulações ao conceituado jornalista Anísio Moraes, associando as incontáveis manifestações de carinho e principalmente de reconhecimento de seus ouvintes, que atualmente estão munidos de excelente informação, voltada para a realidade dos fatos e a postura séria das opiniões.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e Esporte visando a liberação de recursos orçamentários para a construção de uma quadra de esportes na localidade de Lirial de São Luiz, pertencente à Municipalidade de Araruna.

A presente solicitação é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Antonio Laércio Swagem. Na qualidade de Vereador daquela cidade, aquele integrante do Poder Legislativo afirma ser de fundamental importância a construção de uma quadra de esportes. Já que, atualmente, em Lirial de São Luiz não existe um local para o desenvolvimento da prática esportiva, notadamente para o grande número de jovens que lá residem.

Face a situação financeira vivida pela Administração Municipal de Araruna, a mesma não dispõe, nos seus cofres, recursos capaz de garantir a construção da citada solicitação.

Neste sentido, a participação, através de recursos, a serem liberados por essa Secretaria de Estado da Cultura e Esporte é indispensável.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de solicitação ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que proceda a estudos, conjuntamente com as Secretarias de Estado das áreas afins, para a implantação de uma política salarial que permita conceder reajustes de acordo com o aumento do índice inflacionário, em períodos menores do que os utilizados atualmente.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoiamento: Paulo Furiatti, Edmar Luiz Costa, Hermas Brandão, Tadeu Lúcio Machado e José Antônio Fonseca.

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido vem, tão somente, ensejar a mudança a respeito do período de tempo que medeia os reajustes de vencimentos do funcionalismo público estadual, que vem demonstrando, de forma programática e incisiva, ser inadequado.

Conforme pode-se deprender facilmente, os salários funcionais têm seu poder aquisitivo rapidamente corroído, em virtude da espiral inflacionária, fazendo com que o servidor chegue à época do próximo reajuste em situação de indescritível penúria.

Portanto, nada mais justo do que se equacionar o problema de forma a poder se conceder reajustes a medida que a defasagem atinja determinados índices, o que, se por ora é acelerado, posteriormente, poderá ser mais espaçado, conforme a situação econômica se normalize.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor da EMOPAR- Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo a realização de reformas gerais na cancha de esportes existente no Colégio Estadual Vicente Leporace- Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Boa Esperança.

A Ilustríssima Senhora Lourdes Aparecida Pissinati Rabelo, Diretora Geral daquele conceituado e tradicional Educandário de Boa Esperança, conforme correspondência encaminhada, afirma que o estado da cancha daquele estabelecimento é de muita precariedade, havendo necessidade de revestimento.

Tal situação só tem acarretado prejuízos. Desta maneira, os estudantes

não conseguem um bom desenvolvimento a nível de Educação Física, conforme estabelece o currículo escolar.

Diante da exposição de motivos, espera-se desta EMOPAR e Secretaria de Estado da Administração, encaaminhamento de medidas, capazes de, efetivamente, garantir a realização de reformas da referida cancha.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente a TELEPAR, Doutor Gilberto Geraldo Garbi, solicitando aumento do número de canais de telefones na cidade de Juranda, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Em reunião realizada com os moradores daquela cidade na semana passada, constatei que entre as dezenas de justas reivindicações do povo daquela cidade consta o pedido de aumento do número de canais telefônicos, tendo em vista que o número de instalações desses serviços não acompanhou satisfatoriamente o crescimento populacional e o desenvolvimento da progressista cidade de Juranda.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais; REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando policiamento para o Módulo existente no Jardim Weisópolis, Distrito de Pinhais, Município de Piraquara, que se encontra instalado, sem, no entanto, dispor de efetivo da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Nelson Miguel Friedrich, DD. Secretário de Estado do Interior, para que o mesmo elabore estudos sobre a implantação do flúor no tratamento de água, junto ao Município de Califórnia.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O tratamento da água, com a implantação do flúor, é de grande importância, tendo em vista a grande eficiência do

mesmo à prevenção de cáries, enfocando principalmente as crianças em sua faixa de desenvolvimento ósseo.

É sabido que 92 por cento da população brasileira possui cáries dentárias, visto o grande descuido da mesma, referente à higiene bucal, ou mesmo desprotegidas pela falta de informação e orientação.

Podemos afirmar que o flúor pode diminuir a incidência de cárie dentária em 60 por cento dos casos.

Por outro lado, o tratamento beneficiaria a todas as crianças, sem qualquer distinção de ordem econômica, social ou educacional.

A presente solicitação é feita pelo Sr. Prefeito Municipal, bem como por todas as entidades assistenciais do município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Nilton Miguel Friedrich, DD, Secretário de Estado do Interior, para que o mesmo elabore estudos sobre a implantação do flúor no tratamento de água, junto ao Município de Sabáudia.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O tratamento da água, com a implantação do flúor, é de grande importância, tendo em vista a grande eficiência do mesmo à prevenção de cáries, enfocando principalmente as crianças em sua faixa de desenvolvimento ósseo.

É sabido que 92 por cento da população brasileira possui cáries dentárias, visto o grande descuido da mesma, referente à higiene bucal, ou mesmo desprotegidas pela falta de informação e orientação.

Podemos afirmar que o flúor pode diminuir a incidência de cárie dentária em 60 por cento dos casos.

Por outro lado, o tratamento beneficiaria a todas as crianças, sem qualquer distinção de ordem econômica, social ou educacional.

A presente solicitação é feita pelo Sr. Prefeito Municipal, Líderes Políticos da região, bem como por todas as entidades assistenciais do município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Nilton Miguel Friedrich, DD, Secretário de Estado do Interior, para que o mesmo elabore estudos sobre a implantação do flúor no tratamento de água, junto ao Município de Rio Bom.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O tratamento da água, com a implantação do flúor, é de grande importância, tendo em vista a grande eficiência do mesmo à prevenção de cáries, enfocando principalmente as crianças em sua faixa de desenvolvimento ósseo.

É sabido que 92 por cento da população brasileira possui cáries dentárias, visto o grande descuido da mesma, referente à higiene bucal, ou mesmo desprotegidas pela falta

de informação e orientação.

Podemos afirmar que o flúor pode diminuir a incidência de cárie dentária em 60 por cento dos casos.

Por outro lado, o tratamento beneficiaria a todas as crianças, sem qualquer distinção de ordem econômica, social ou educacional.

A presente solicitação é feita pelo Sr. Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Rio Bom, bem como pelas entidades assistenciais do município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Nilton Miguel Friedrich, DD, Secretário de Estado do Interior, para que o mesmo elabore estudos sobre a implantação do flúor no tratamento de água, junto ao Município de Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O tratamento da água, com a implantação do flúor, é de grande importância, tendo em vista a grande eficiência do mesmo à prevenção de cáries, enfocando principalmente as crianças em sua faixa de desenvolvimento ósseo.

É sabido que 92 por cento da população brasileira possui cáries dentárias, visto o grande descuido da mesma, referente à higiene bucal, ou mesmo desprotegidas pela falta de informação e orientação.

Podemos afirmar que o flúor pode diminuir a incidência de cárie dentária em 60 por cento dos casos.

Por outro lado, o tratamento beneficiaria a todas as crianças, sem qualquer distinção de ordem econômica, social ou educacional.

A presente solicitação está sendo feita pelo Sr. Prefeito Municipal, bem como por todas as entidades assistenciais do município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Nilton Miguel Friedrich, DD, Secretário de Estado do Interior, para que o mesmo elabore estudos sobre a implantação do flúor no tratamento de água, junto ao Município de Colorado.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O tratamento da água, com a implantação do flúor, é de grande importância, tendo em vista a grande eficiência do mesmo à prevenção de cáries, enfocando principalmente as crianças em sua faixa de desenvolvimento ósseo.

É sabido que 92 por cento da população brasileira possui cáries dentárias, visto o grande descuido da mesma, referente à higiene bucal, ou mesmo desprotegidas pela falta de informação e orientação.

Podemos afirmar que o flúor pode diminuir a incidência de cárie dentária em 60 por cento dos casos.

Por outro lado, o tratamento beneficiaria a todas as crianças, sem qualquer distinção de ordem econômica, social

ou educacional.

A presente solicitação está sendo feita pelo Sr. Prefeito Municipal, bem como por todas as entidades assistenciais do município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Deni Schwartz, DD. Secretário dos Transportes, solicitando a inclusão no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1986, da obra de pavimentação asfáltica de um trecho de 4.621 metros lineares na cidade de Ivaiporã, trecho denominado "ACESSO NORTE".

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, objetiva o asfaltamento do trecho de 4.621 metros lineares entre a Av. Brasil e a BR-466, que ora denominados de ACESSO NORTE (antigo acesso à cidade, em leito natural).

Assim, atenderemos a necessidade premente do acesso em pavimentação asfáltica e ao mesmo tempo viabilizaremos melhorias no trecho com vista a implantação de futuro parque industrial de Ivaiporã.

O mais importante é que, com a implantação do acesso em tela, retira-se 90 por cento do tráfego pesado de veículos, principalmente oriundos do transporte e escoamento das produções agrícolas, que atualmente vêm sendo feito pelo acesso Noroeste, causando prejuízos à comunidade, inconvenientes ao trânsito e gastos excessivos na manutenção da malha viária urbana, projetada para atender o tráfego de veículos médios e leves.

Por outro lado, deve-se levar em consideração que os cerealistas de recebimentos, limpeza e/ou beneficiamento de produtos primários do município, acham-se localizados justamente naquela zona, próxima ao local de início das obras, podendo-se citar, entre outros, os seguintes: Cereal - Cerealista Real Algocen - Algodoeira Centro Oeste Ltda., Cooperativa Agropecuária Mista do Vale do Ivaí Ltda., Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S/A, Myazaki Comercial Agrícola, Moreira e Moreira Ltda., além de ser o acesso direto aos Armazéns do Instituto Brasileiro do Café - IBC e outras firmas, que poderíamos relacionar.

Além destas, poderíamos citar a minidestilaria de álcool de mandioca, prevista sua instalação para 1986, com capacidade de 2.500 litros/dia.

Como vemos, a proposta de alto interesse não só do município, mas também importantíssima para a economia do Estado e Nação, pois só na economia de combustível a obra se pagará em seis anos.

Esta é a principal razão de solicitarmos que o Estado, através da Secretaria de Transportes, inclua a mesma obra no orçamento de 1986, para sua execução.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 59/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica assegurada a percepção do benefício

concedido pelo art. 4.º, da Resolução n.º 02/64, de 20 de fevereiro de 1964, aos funcionários que tiverem, no Poder Legislativo, tempo de serviço público contado para todos os efeitos legais e compreendido no período com direitos ressalvados pelo art. 5.º da Resolução n.º 05/69, de 28 de abril de 1969.

Art. 2.º - Os benefícios financeiros não terão caráter retroativo, prevalecendo a partir da aprovação desta Resolução.

Art. 3.º - As despesas correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Legislativo Estadual.

Art. 4.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

APOLAMENTO: Trajano Bastos, Nelson Buffara, Tadeu

Lúcio Machado, Nelson Vasconcellos, Fiori Luiz, Hermas Brandão, José Antônio Fonseca, Anibal Khury, Paulo Furiatti e Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

O Poder Legislativo Estadual, ao absorver tempo de serviço público prestado por funcionário, nomeado após a revogação da Resolução concessiva dos triênios - contando tal tempo para todos os efeitos legais - assumiu, em decorrência, a responsabilidade de assegurar, aos funcionários nas condições referidas, os direitos à época vigentes, e que proporcionaram benefícios financeiros aos demais funcionários estatutários da Assembléia Legislativa do Paraná.

Inquestionável resulta o convencimento de que tempo de serviço, contado para todos os efeitos legais, passa a gerar direitos dentro do Poder que o contou, não podendo a amplitude dos efeitos sofrer restrições, para exclusão de benefícios concedidos no período abrangido pelo tempo contado, razão porque desta iniciativa, para a qual se solicita a aprovação do Plenário, podendo o signatário do projeto antecipar que sua abrangência está restrita a cerca de quatorze funcionários que preenchem as condições estabelecidas.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 97/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica criado o Município de NOVA TEBAS, com território desmembrado do Município de Pitanga, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Inicia-se na confluência dos Rios Muquilão e Corumbataí, nas divisas dos Municípios de Iretama e Jardim Alegre; subindo pelo Rio Corumbataí até a foz do Rio Taquaruçu, confrontando-se com os Municípios de

Jardim Alegre, Ivaiporã, Manoel Ribas e Pitanga; daí por uma linha seca e reta com extensão aproximada de 18.000 m (dezoito mil metros), confrontando-se com o Município de Pitanga, até atingir a confluência dos Rios Liso com Palmital; daí desce pelo Rio Liso na divisa do Município de Roncador até a sua foz no Rio Muquilão; continuando por este na divisa com o Município de Iretama, até o ponto de partida".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

APOIAMENTO: Gernote Kirinus, Tadeu Lúcio Machado, Edmar Luiz Costa, Hermas Brandão, Anibal Khury e Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

O anseio dos moradores de Nova Tebas em ver o seu Distrito elevado à condição de Município, está bem demonstrado através do abaixo-assinado anexo a este projeto.

A emancipação pretendida irá se constituir em mola propulsora para o maior desenvolvimento de todos os setores de atividade daquela comuna, isto é, os setores sócio-econômico, político e cultural, que se ressentem de maiores condições para o seu pleno desenvolvimento.

Os recursos econômicos de que dispõe o Distrito de Nova Tebas, serão potencializados com a criação do novo município, dando-lhes condições de poder melhor decidir sobre o seu futuro, que ali já se vê estruturado como núcleo urbano capaz de descentralizar a vida municipal e encaminhar os seus serviços de acordo com os interesses de nosso Estado.

Estas as razões que nos levam a apresentar o presente projeto de lei que, temos a certeza, merecerá aprovação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna no dia de hoje para abordar a questão da morosidade com que os cargos vagos - ou que deveriam estar vagos -, na Nova República, estão a demorar o preenchimento por companheiros do PMDB e mesmo da Frente Liberal. Mas, o Paraná tem conquistado alguns cargos importantes. E tem um deles que no momento atual da política agrária é fundamental, é a Diretoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Diretoria de Assuntos Fundiários. A Bancada Federal do PMDB indicou um nome e diversos companheiros do PMDB indicaram outro, que é João Bonifácio Cabral, atual Presidente do ITC.

Foi com espanto que verificamos ontem, numa entrevista, o Coordenador da Bancada do PMDB colocando-se contra o posicionamento de João Bonifácio Cabral, o que entre linhas ficou quase estabelecido como se fosse um veto a este companheiro.

Venho desta tribuna hoje solicitar aos companheiros de Bancada do PMDB, que não usem este tipo de processo, que é o processo do veto, contra um membro do Diretório Regional, contra um membro do partido na Comissão Ética e que, essencialmente, tem desenvolvido um trabalho junto ao ITC dos mais merecedores. Recebeu o senhor João Bonifácio Cabral o apoio do nosso Governador, do Presidente do Partido e, não tenham dúvida, recebe também o apoio de grande parte da Bancada Estadual do PMDB, que tem visto, na consequência de seus atos à frente do ITC, como um dos principais setores na resolução dos problemas agrários.

É neste momento em que se debate a Reforma Agrária a nível nacional, em que de um lado estão aqueles conservadores que pretendem que as coisas permaneçam como estão, do outro lado estão os progressistas que querem alterar esta situação João Bonifácio Cabral representa um dos pensamentos mais avançados desse

setor. Tanto é que o próprio Ministro de Assuntos Fundiários e o próprio Presidente do INCRA já entendem e já solicitaram até a colaboração de João Bonifácio Cabral para que ele viesse a participar da coordenação dos trabalhos preliminares daquelas Pastas.

Portanto, o que solicitamos a companheiros do PMDB, que porventura não tenham simpatia pessoalmente ao nome de João Bonifácio Cabral, não confundam no entanto posições particulares com posições da coletividade.

Sem sombras de dúvidas este Partido, que até hoje tem conseguido largar o crescimento na vida nacional, não pode usar dos mesmos métodos tão condenados no passado, que é o veto puro e simples. Pior seria se fosse o veto ideológico. Acreditamos no entanto que não é, e que há uma posição equivocada da Bancada Federal por parte de alguns Deputados, principalmente porque não há unanimidade em relação à Bancada Federal para a contrariedade a João Bonifácio Cabral.

Portanto, venho a esta tribuna como Deputado do PMDB, comprometido com as mudanças e comprometido com as necessidades de mudança neste País, dar meu integral apoio a João Bonifácio Cabral, indicado pelo senhor Governador José Richa por escrito, indicado pelo Presidente do Partido, e com respaldo dos setores da sociedade envolvidos no problema, para que efetivamente este tipo de contrariedade não venha a ocorrer, ou possa ele assumir a Diretoria de Assuntos Fundiários do INCRA.

Sem dúvida, respeitamos o posicionamento da Bancada Federal e, tanto assim, que seríamos incoerentes se vetássemos qualquer tipo de indicação. Mas solicitamos à bancada que encaminhe os dois nomes e que não se coloque numa posição de decisória fundamental. Que respeite as demais indicações e que deixe por conta no processo da sociedade civil também participar da escolha.

Era isto, Senhor Presidente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A Reforma Agrária na Nova República.

A Nova República nasce de uma Aliança Democrática que muito cedo perde seu líder e inspirador. Apesar do compromisso assumido pelos seus seguidores de implantar as mudanças que a Nação e o momento histórico exigem, resta a dúvida de se conseguirão a coesão necessária para enfrentar os desafios que se antepõem às reformas mais arrojadas. De todas estas reformas propostas, a mais arrojada é a Reforma Agrária. Trata-se de um tabu secular capaz de provocar na imaginação dos conservadores os fantasmas mais assustadores que sempre povoaram a mente da classe latifundiária do País.

Apesar do cuidado que tiveram os homens da Nova República de tranquilizar os mais assustados de que não tocariam na estrutura agrária desde que comprovada sua produtividade, os grandes proprietários já se armaram para a resistência. No Congresso Nacional já soam os campanários do alarme do perigo comunista, os eternos defensores da propriedade. Se não bastasse os jagunços, os testas de ferro estrategicamente distribuídos no Congresso e no Judiciário, procuram armar-se também espiritualmente criando a pastoral da propriedade na Igreja. Entretanto, a Nova República tem um compromisso firmado com os dez milhões de sem-terra - expulsos da

terra durante os longos anos de hibernação da idéia da Reforma Agrária embalada no colo da mãe INCRA e da vovó IBRA.

A Reforma Agrária Brasileira, que desde a última Constituinte, pasmem, desde 1946, tem seu preceito constitucional atribuindo a propriedade da terra o seu caráter social, tem uma longa história no plano ideológico. Não sabemos se foi por descuido ou por excesso de vontade, saímos da discussão ideológica ao plano de sua instrumentalização legal. Nasce o Estatuto da Terra sem que as partes mais interessadas pudessem participar na discussão, talvez por sorte do destino. E assim, embora amordaçados, os inimigos da Reforma Agrária ocuparam estrategicamente espaços de poder para boicotá-la. O caminho foi - IBRA - INDA e INCRA e nasceram os grandes fracassos das colonizações na Amazônia. Foi a política do Quero-Quero: quanto mais longe do ninho, maior a algazarra, e o incauto caçador de ninhos de Quero-Quero não se apercebe que, quanto mais o pássaro grita, mais o caçador se afasta de seu objetivo.

Surge a Nova República que por compromisso popular irá enfrentar o desafio de passar do plano das leis para a prática da tão decantada Reforma Agrária. O maior compromisso é do meu partido, o PMDB que, após levar milhares de manifestantes às ruas na luta pelas eleições diretas-já, chega ao poder pela via indireta. Menos mal que o mesmo Congresso que derrotou a Dante de Oliveira não vai precisar votar uma nova lei para a Reforma Agrária. Está aí o Estatuto da Terra. Apesar de suas falhas de origem e em alguns aspectos como texto de lei, nos basta para dar a arrancada em direção da tão almejada reforma. Mas, como já dizia o apóstolo Paulo, eminente Teólogo do cristianismo primitivo, a lei é letra morta, só o espírito vivifica. São propriedades intrínsecas à criatividade, confiança, fidelidade e esperança. É com este espírito que haveremos de dar vida à letra da lei que até aqui jazia inanimada, ou melhor, INCRAVadas no papel. Mas se é o espírito que vivifica, sua execução dependerá da consciência dos sem-terra, dos técnicos executores e por último dos governantes. Se a ordem do processo da reanimação for invertida não haverá espírito suficientemente forte para enfrentar os desafios que a tarefa se nos coloca à frente.

Se fizermos uma retrospectiva histórica dos eventos que marcaram avanços sociais na política brasileira, vemos que a característica que mais atrapalhou estes avanços foi o PATERNALISMO com o qual foram conduzidos. Normalmente, a categoria social que seria o alvo do progresso social oferecido por estar marginalizada do processo de luta, ficava também à margem do benefício alcançado. Foi assim que assinou a famosa LEI ÁUREA e conseqüente proclamação da libertação da escravidão negra. A promulgação desta lei custou a Dom Pedro II a troca do trono pelo exílio - surge a Primeira República. E hoje indagamos: quantos foram os escravos negros que tiveram condições de abandonar de fato a condição de escravos? Qual foi o real interesse dos ingleses em combater o tráfico de escravos? Qual a relação deste interesse com sua política colonialista?

Uma lei paternalista proíbe a escravidão negra e nasce a escravidão branca das jornadas de fome, de meeiro, do arrendatário, do colonato ao bóia-fria. A lei não se inspirou na guerra dos palmares, assim como a Independência do Brasil, por Tiradentes, portanto não foi proclamado pelo filho da terra brasileira, tão pouco o Brasil foi descoberto, mas

inventado por uma estória de um português que nos contou a lorota das calmarias. Este é meu medo maior: assim como Tiradentes não inaugurou a independência ainda que fosse proclamado seu mártir - tão pouco o bom mineiro Tancredo não inaugurou a Nova República.

Isto quer dizer que se a Reforma Agrária vier embalada pelo mesmo espírito do Paternalismo que nos conduziu na história, isto será mais um engodo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Governador José Richa participou, mais uma vez, de um grande banquete na cidade de Curitiba. É comum, fazendo a leitura do noticiário da imprensa paranaense, encontrarmos fotografias que documentam a participação de José Richa em grandes banquetes organizados pela sociedade paranaense.

O último foi em homenagem a um banqueiro, ao banqueiro José Eduardo Vieira, Presidente do BAMERINDUS, aliás, a família Richa e a família Vieira vão se unir, no próximo mês, nos próximos dias, com o casamento do filho do Governador José Richa, com a filha do falecido Tomaz Edison Vieira, que era o Presidente do BAMERINDUS.

Mas, a razão da nossa presença na tribuna é para lamentar a infelicidade do discurso proferido pelo banqueiro José Eduardo Vieira, quando, perdendo a oportunidade de ficar calado, esse banqueiro, na presença de Richa e de outras personalidades políticas, acabou analisando a Assembléia Nacional Constituinte.

A certeza de que o momento é político, pelo almoço oferecido a José Eduardo Vieira, veio com o discurso do Presidente do BAMERINDUS, a começar pela defesa da tese, de que nas atuais circunstâncias, a Assembléia Nacional Constituinte é uma coisa extremamente perigosa. Então, para o banqueiro dar oportunidade ao povo brasileiro, de eleger uma Assembléia Nacional Constituinte, é uma coisa extremamente perigosa.

É bom lembrar que um dia José Richa, dando uma entrevista à imprensa sobre a Assembléia Nacional Constituinte, ele disse que gostaria de experimentar esse negócio de Assembléia Nacional Constituinte, e tem televisão no Paraná que tem a fita gravada com a entrevista de Richa.

Lembrou José Eduardo, que, segundo os doutrinadores, só se justifica a chamada do eleitorado, para eleição de Constituinte, quando, por exemplo, em virtude de um movimento revolucionário, o Órgão que exerce o Poder Legislativo está dissolvido, ou quando se registra outra ruptura da ordem legal só essa circunstância, na opinião do Presidente do BAMERINDUS, justificaria o poder supremo, atribuído à Assembléia Nacional Constituinte que pode até decidir, por maioria simples modificar o regime federativo, ou abolir a República.

O temor do empresário é que os arautos de uma nova ordem econômica e social, ditada por ideologias alienígenas, estão por aí afora, a pregar a sua doutrina com vista a essa Constituinte.

O discurso do banqueiro José Eduardo Vieira foi muito aplaudido e com muito entusiasmo pelo público qualificado, que ali estavam os grandes magnatas do nosso Paraná, e onde se deu a festa? No salão do Graciosa Country Club, tinha tanta gente que tiveram que arrumar

até mais mesas para os convivas dessa festança.

E é lamentável, e aqui vai a nossa crítica ao Presidente do BAMERINDUS, José Eduardo Vieira, o homem do Poder Econômico, que, ao invés de criticar a Constituinte, deveria, isto sim, reunir a Diretoria do BAMERINDUS e baixar os juros do seu grande conglomerado, ou então readmitir aqueles quarenta funcionários do Processamento de Dados que foram demitidos. Ao invés de criticar a Constituinte, que Sua Excelência seja humano, baixe os juros e readmita esses funcionários.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência o senhor Deputado Anibal Khury).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acho que, entre as várias funções que o Deputado tem, pode estar aquela também de comentar assuntos de colunas sociais, e o nobre Deputado Antonio Belinati se preocupou, nesta tarde, em trazer aqui um comentário de coluna social, a respeito daquela solenidade realizada no Graciosa Country Club, em que o Presidente do BEMERINDUS foi agraciado com o título de personalidade do mundo dos negócios do Paraná.

É evidente que o nobre Deputado tem entendimento e tece uma crítica que, no seu entendimento, pode ser procedente. Todavia, assumo a Tribuna, senhor Presidente, para discordar desta posição, primeiro porque, como começou as suas palavras, se é para criticar o Governador José Richa, de que tem aparecido em banquetes, eu gostaria de desafiar o Deputado Antônio Belinati, que trouxesse a prova de qual destes banquetes o Tesouro do Estado está pagando, porque o Governador, como maior autoridade do Estado, parece-me que não pode se furtar a receber convites, quando se reúnem como nesse banquete do Graciosa Country Club, se reúne a expressão do empresariado paranaense para prestar uma homenagem a este que preside uma das maiores empresas do Paraná, que é, sem dúvida nenhuma, o aglomerado do BAMERINDUS. Assim, se o senhor Deputado provar de que os banquetes à que comparece o Governador José Richa vão por conta e risco do Tesouro do Estado, eu declaro publicamente, aqui, que vou me incorporar com o Deputado Antônio Belinati, não só para criticar o Governador José Richa, mas para assumir uma postura de que isso deve terminar. Portanto, fica o desafio feito e, me parece improcedente tecer críticas a um Governador de Estado que comparece a uma solenidade e que me parece é obrigação do Governador comparecer a solenidades deste tipo, como foi essa do Graciosa Country Club, quando se homenageia, por parte de iniciativa privada, de empresariado paranaense, uma personalidade como é a do Presidente do BAMERINDUS.

Não tenho procuração para defender o BAMERINDUS, mas sei de que é uma expressão econômico-financeira do nosso Estado e que durante todo este tempo soube resistir, porque tínhamos outros banqueiros no Paraná, mas o BAMERINDUS, graças ao seu trabalho, à dedicação, à tradição da família Vieira, soube manter, para o Paraná, um grande aglomerado.

E quanto a reduzir taxas de juros, estou com o Deputado Antônio Belinati, mas isto depende de uma situação geral, isto depende de uma situação político-financeira nacional, por isto me parece, que o seu pedido também cai naquela linha de caráter demagógico, de que um só banqueiro, de que ninguém pode exigir, de que

alguém se suicide, ou de alguém que coloque em risco os bens acumulados, ou de que alguém entre em falência, como é o caso do aglomerado BAMERINDUS, de uma luta de 30 anos, no Estado do Paraná.

Pedir que um só Banco, um só banqueiro reduza a taxa de juros, é pedir a qualquer cidadão que dê suas terras para fazer a Reforma Agrária; é pedir a qualquer um que dê o seu soldo para matar a fome dos milhões de brasileiros que estão aí. A obrigação de um Parlamentar que tem consciência de que tudo depende de uma situação de contexto geral, não pode ser admitida numa casa de leis.

Por isso, venho à tribuna, com os meus respeitos ao Deputado Antônio Belinati, mas discordar da sua posição que, no meu entendimento, é meramente demagógica e caso Vossa Excelência prove de que os banquetes que o Governador vai, são por conta do erário público, Vossa Excelência terá um crítico mais rude e mais veemente do que tem sido Vossa Excelência, porque aí é desperdício.

Agora, exigir que o Governador não vá a banquete nenhum, aí estamos indo contra uma das obrigações do Governador, que é estimular iniciativas como esta, e que se reforce a iniciativa privada. E se Vossa Excelência, ao assumir o 'socialismo moreno', começa a se colocar contra a iniciativa privada, é bom que nós fiquemos sabendo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Edmar Luís Costa, inscrito.

O SR. EDMAR LUÍS COSTA - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"A indústria do turismo ganha cada vez maior projeção em todo o mundo. Para muitos países, situa-se como a principal fonte de receita.

No Brasil, apesar de nossa extraordinária potencialidade, o turismo ainda não passa de atividade empírica, pecando por total falta de estrutura. Ainda não se conseguiu despertar, aqui, a profunda necessidade de se dar à indústria turística caráter de prioridade. Afinal, não se trata de um luxo. Longe disso, o turismo é uma inesgotável fonte de receita, figurando como grande gerador de divisas.

Infelizmente, em matéria de adequação estrutural o Paraná também não ostenta melhor forma que a grande maioria dos Estados brasileiros.

Se é verdade que temos em nosso território, fontes naturais de beleza indescritíveis, não menos verdadeiro é que sua exploração ainda deixa muito a desejar.

Tudo, evidentemente, por falta de recursos. Ou, por falta de maior visão, de quem possa ver na exploração de nosso fabuloso potencial turístico, inesgotável fonte geradora de atividades paralelas, criadoras de empregos e altamente rentável.

A PARANATUR - Empresa Paranaense de Turismo - vem procurando, com grandes esforços, fazer o que pode. E até hoje não fez muito, justamente pela falta de conscientização dos Governos quanto à importância do turismo."

Senhor Presidente.

Como representante de Ponta Grossa e região nesta Casa, preocupa-nos, sobretudo, a situação do complexo turístico de Vila Velha. Sabem os Senhores Deputados que Vila Velha é, indiscutivelmente, um grande ponto de atração. Estudantes, turistas, pesquisadores, todos procuram, ávidos por conhecê-la e por admirar suas formações rochosas,

esculpidas pelo vento, ao longo dos séculos.

Não faz muito tempo, Vila Velha era divulgada como um ponto turístico, sem vinculação alguma com Ponta Grossa. Situavam-na, em folhetos de propaganda, como distante 80 quilômetros de Curitiba. Hoje, justiça se faça, a PARANATUR já se preocupa em situar o complexo de Vila Velha como parte do Município pontagrossense, de cuja sede dista apenas 22 quilômetros.

Para o povo de Ponta Grossa e para nós, como seu representante, Vila Velha é realmente um patrimônio inestimável, cujo desfrute queremos, com orgulho, dividir com o maior número de pessoas. Por isso, a preocupação que temos em vê-la preservada em sua grandiosidade primitiva, sem nada que a descaracterize. Por isso, a preocupação e a ansiedade que nos assaltam, por ver concluídas as alterações de obras ali realizadas, indevidamente, tempos atrás, inclusive para que se dê, o quanto antes, atendimento a decisão judicial.

Mas, para que tais obras se concretizem, há necessidade de recursos. Sem eles, a PARANATUR não terá como agir, apesar de toda a boa vontade e de todo o empenho que possam mostrar seus dirigentes.

É preciso atentar, por exemplo, para o fato de que, no primeiro trimestre deste ano, a PARANATUR logrou arrecadar no Parque Estadual de Vila Velha, a importância de 98 milhões, quinhentos e vinte mil cruzeiros, assim distribuídos: quarenta e quatro milhões, novecentos e cinco mil, em janeiro; trinta e sete milhões, novecentos e noventa e sete mil, em fevereiro; e quinze milhões, seiscentos e dezoito mil cruzeiros, em março.

Não se trata, como se vê, de uma arrecadação de grande monta, exatamente porque falta, ali, uma estrutura adequada, capaz de proporcionar ao visitante, em qualquer época do ano, as melhores condições de atendimento.

É de se levar em conta, por outro lado, que no mesmo período, só em salários, serviços prestados e encargos diversos, foram gastos 44 milhões, setecentos e noventa e cinco mil cruzeiros; em materiais necessários à manutenção do Parque, energia elétrica, combustíveis e telefones, vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e dois mil cruzeiros; na recuperação, conserto e manutenção do teleférico de Furnas, duzentos milhões de cruzeiros; em material de divulgação, tais como folhetos, roteiros, posters, anúncios, etc., noventa e quatro milhões e cinquenta mil cruzeiros, totalizando tais gastos trezentos e noventa e cinco milhões, setecentos e sete mil cruzeiros.

Sobreleva ressaltar que, para investimentos, o orçamento da PARANATUR, para este ano, prevê recursos da ordem de seiscentos e trinta e sete milhões, novecentos e quarenta e dois mil cruzeiros. Desse total, foram liberados até agora, apenas duzentos e trinta e um milhões, oitocentos e cinquenta e um mil cruzeiros, permanecendo bloqueados, no Tesouro do Estado, recursos da ordem de quatrocentos e oito milhões e noventa e um mil cruzeiros.

Tais recursos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, serão destinados à implantação do Plano Diretor Turístico de Vila Velha. E a PARANATUR, vem gestionando junto à EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo - no sentido da aprovação desse Plano, que irá possibilitar a canalização de recursos federais, necessários a sua concretização.

Além do empenho com vistas a viabilizar a implantação do Plano Diretor Turístico de Vila Velha, merece destaque ainda a iniciativa da PARANATUR,

direcionando para lá caravanas de turistas, do Brasil e do Exterior, além de incluir Vila Velha em promoções turísticas a nível nacional, proporcionando-lhe o merecido destaque.

Com isso, é forçoso reconhecer, tem a PARANATUR procurado realçar a importância turística de Vila Velha, sem esquecer de prestigiar o município de Ponta Grossa.

No entanto, não podemos também deixar de dizer que que é preciso fazer mais. Vila Velha o exige. Sua projeção, seu valor cultural, sua história, suas lendas estão a exigir atenção crescente, infra-estrutura compatível

Para tanto, faz-se mister que o Governo do Estado, atento à importância do turismo para o desenvolvimento do Paraná, não só destine recursos crescentes ao setor, mas, de imediato procure liberar os recursos orçamentários já existentes, ora bloqueados.

Só assim, as obras programadas e já iniciadas, poderão ser concluídas ainda este ano. Obras que reputamos da maior importância para a melhoria das condições de atendimento aos visitantes, e a conseqüente e indispensável implantação do Plano Diretor Turístico de Vila Velha.

Nesse sentido é o apelo que fazemos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, pois estamos certos de que saberá ele entender nossa preocupação, determinando as providências necessárias ao imediato atendimento da reivindicação que faz a gente pontagrossense em favor desse grande patrimônio turístico do Paraná, que é Vila Velha, a nossa cidade de Pedra."

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, a Mesa comunica aos Srs. Deputados e aos Srs. Líderes, que o Horário da Liderança, a partir da representação do PDT, passará a ser de quinze minutos.

A Mesa consulta à Bancada do PMDB se fará uso da palavra, no Horário da Liderança.

O Sr. Caíto Quintana - O Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz. (Pausa).
Está ausente o Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Caíto Quintana - Declinamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O PMDB declina
A Mesa consulta o Partido da Frente Liberal.

O Sr. Péricles Pacheco - Declinamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta o PDS.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, por quinze minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como parte do programa de mobilização dos servidores públicos estaduais, na defesa dos interesses dessa categoria profissional, será realizada amanhã uma grande passeata, que sairá não dos faustosos salões do Graciosa Country Club, mas da Boca Maldita ao Palácio Iguaçu, para protestar contra aquilo que o funcionalismo considera a grande intransigência do Governo Richa, que se recusa a

atender às reivindicações dos servidores, justas sobre todos os pontos de vista, diante das enormes dificuldades com que se defrontam para fazer face à sua subsistência, ante uma inflação avassaladora, que corrói os seus parcos vencimentos, e de todos os assalariados em geral.

Insensível ao drama dos servidores estaduais, o Governo, além de voltar-lhes as costas, investe contra os laboriosos trabalhadores do serviço público, submetendo-os à repressão e a um regime de terror, digno apenas daqueles malfadados governos dominados por tiranos que atentam contra os direitos humanos.

É assim que está ocorrendo no Paraná, com o advento do terrorismo imposto ao funcionalismo pela famigerada Resolução n.º 300, do Conselho Deliberativo de Pessoal, que ameaça com demissão em massa, caso os servidores insistam na sua firme disposição de continuar lutando por melhores salários e por melhores condições de vida.

(Lendo): "É deplorável que este Governo, que foi buscar entre o funcionalismo público Estadual um respeitável contingente de votos para aboletar-se no Palácio Iguaçu e para participar dos faustos almoços com aqueles que são contra a Reforma Agrária, mediante promessas que hoje se nega a cumprir e a compromissos que assumiu durante a campanha eleitoral e que agora não quer cumprir, este Governo PP-peemedebista atenta contra a liberdade de manifestação nas praças públicas, temeroso de que o grito de protesto ecoe por todo o Paraná como afirmação de que o Governo Richa traiu o funcionalismo e agora lança sobre o mesmo o ódio e a perseguição, num desenfreado processo atentatório ao direito de livre manifestação e protesto.

Na defesa desse direito inalienável, é que desejo proclamar todo o meu apoio às associações de classe dos servidores e aos sindicatos que se solidarizaram ao movimento reivindicatório por melhores salários, compreendendo, dentre outras medidas, o reajuste trimestral e o piso de três salários mínimos.

E não venha o Governo dizer que não dispõe de recursos para atender essas reivindicações, pois, se assim o fizer, estará mentindo mais uma vez, como tem fraudado ao povo deste Estado ao longo desses mais de dois anos de mandato. Aliás, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, toma-se, a cada dia, mais difícil identificar neste Governo que aí está, quem fala a linguagem escorreita e cristalina da verdade.

No dia 5 de fevereiro de 1984, o então Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, (o do "escândalo dos dólares") (o do escândalo do telefone) declarava ao conceituado jornal "Gazeta do Povo", que publicava no dia seguinte, que a arrecadação do ICM no Paraná conseguiu arrecadar duzentos por cento a mais em impostos do que a arrecadação do mesmo período do ano anterior. E, melhorando a arrecadação, como de fato melhorou, todos os paranaenses seriam beneficiados, pois o Estado estava em condições de levar mais benefícios à sua população, favorecendo a economia das empresas e assegurando novas conquistas ao funcionalismo. E o próprio Secretário das Finanças afirmava que também com o aumento da alíquota do ICM, o Estado passou a ter condições para realizar todas as obras de cunho social que projetou, como a eletrificação rural, construção de rodovias vicinais, escolas, postos de saúde e outras que contribuirão para o barateamento dos

bens de consumo e melhoria de vida dos paranaenses.

Em setembro do ano passado, a Secretaria das Finanças divulgou com estardalhaço em toda a imprensa nacional, que a arrecadação do ICM no Paraná continuava mostrando crescimento, enfatizando que só no mês de agosto daquele ano, o crescimento da arrecadação do ICM atingira 17,4 por cento em relação a igual mês do ano anterior e um crescimento nominal de 277,1 por cento. E a própria Secretaria ressaltava que o ICM paranaense apresentava pelo oitavo mês consecutivo uma performance positiva.

E observem, Senhores Deputados, que no total acumulado, janeiro/agosto, a arrecadação atingiu 540 e meio bilhões de cruzeiros, registrando uma taxa real de crescimento de 12,9 por cento e uma variação nominal acumulada de 269,4 por cento em relação ao ICM registrado entre janeiro/agosto de 1983. Foi o povo paranaense ajudando o Estado a arrecadar. E para que tudo isso fosse alcançado, foi justamente, o sacrificado e agora humilhado funcionalismo, por Richa, que deu uma grande contribuição, pois, os assessores econômicos da Secretaria das Finanças vieram a público e revelaram que a extraordinária arrecadação só pode ser explicada em função do crescimento da massa de salários, resultante do reajuste concedido ao funcionalismo público e do pagamento de parcela do 13.º salário, ocorridos em julho, mês gerador da receita de agosto.

Pois bem, Senhores Deputados: no dia 30 de maio deste ano, a Secretaria das Finanças veio novamente a público para dizer que o Vice-Governador-Secretário-de-Finanças, João Elísio Ferraz de Campos, manteria uma reunião naquela data, em Siqueira Campos com os vinte e sete Prefeitos que integram a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro para analisar o comportamento da arrecadação do ICM e traçar planos específicos de fiscalização para aquela região. E como naquela data João Elísio estivesse completando um ano como Secretário de Finanças, uma "entourage" propagandística queria destacar dois pontos: o desempenho da arrecadação, que continua a apresentar um crescimento positivo, ou seja acima da inflação, revertendo a tendência que se verificou de 1981 a 1983, quando a receita do ICM em cada um daqueles anos não conseguia superar a inflação do período; e a recuperação do Banco do Estado do Paraná, que, segundo a propaganda "à lá" João Elísio, hoje é apontado como um dos Bancos Estaduais em melhor situação do País.

Como acabamos de constatar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dinheiro, João Elísio, Erasmo Garanhão, José Richa, sabem que existe para atender as reivindicações dos servidores, a não ser que todo o Governo do Estado seja constituído de mentirosos, diante das afirmações feitas ao povo paranaense, como acabei de demonstrar.

Outro aspecto a considerar, na dramática situação vivida pelos servidores estaduais, são as novas ameaças que pairam sobre os celetistas, inclusive os que prestam serviços a outros Poderes, que, se for posto em prática um plano que o Sr. Presidente desta Casa anuncia no jornal de circulação interna deste Poder, todos os servidores celetistas deste Poder ficarão à mercê da vontade de eventuais detentores de mandatos, pois se pretende, conforme está sendo divulgado por este veículo de comunicação parlamentar,

transformar os celetistas em funcionários demissíveis "ad nutum", onde perderiam seus direitos sociais. Essa medida, atentatória à estabilidade do servidor, como deve ser assegurado pelas leis do trabalho, é que se pretende fazer economia à custa de uma das maiores conquistas dos assalariados sob o regime da CLT, que é o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. É inadmissível que se pretenda obter compensações para esta Casa à custa do sacrifício de humildes servidores que aqui estão a prestar os melhores serviços. Ao invés de suprimir-lhes direitos, devemos, isto sim, ampliar-lhes as conquistas sociais. Ao invés de preocupações com luxuosas instalações e caros equipamentos, precisamos engrandecer esta Casa com a riqueza do trabalho humano, este sim de inestimável valor e que é tão mal remunerado. Precisamos, ao invés de pretender transformar os celetistas em comissionados é assegurar-lhes possibilidades de progresso profissional, instituindo, imediatamente, um quadro suplementar, no qual os servidores pertençam a carreiras e tenham possibilidades de promoções e avanços funcionais, sem descuidar da necessidade de treinamento e aperfeiçoamento desses servidores, mediante cursos promovidos pela própria Assembléia Legislativa com a colaboração da entidade de classe que é a ASALEP, a exemplo do que foi feito com alguns cursos no ano passado, cujos resultados foram altamente benéficos para os servidores. E não é apenas o pessoal celetista que precisa de uma solução para a sua angustiante situação. Os funcionários estatutários também enfrentam grandes dificuldades, com seus salários defasados em relação ao mercado de trabalho, como está ocorrendo com os jornalistas e redatores, que, atualmente, percebem salários inferiores aos fixados por acordos coletivos de trabalho firmados com as empresas de comunicação social do Paraná. De um modo geral, os funcionários e empregados desta Assembléia são muito mal remunerados em relação aos demais Legislativos do País, e não é justo que se pretenda, em troca da economia de alguns cruzeiros, explorar o trabalho daqueles que ajudam o desenvolvimento da atividade parlamentar e contribuem para que, com o nosso trabalho nesta Casa, possamos colaborar para a grandeza e o progresso do nosso querido Paraná.

Pois é isto que nos faz optar pela vida pública e é o sonho que nos embala a continuar nas lides da vida política."

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – A Mesa consulta à Liderança do PDT se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, está encerrado o Horário das Lideranças.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução n.º 01/85, (Mensagem n.º 22/85 – ex-Proposição n.º 25/85), que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 170/83, celebrado em 09/05/83, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Realeza, visando execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. – *Aprovado.*

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 01/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º – Fica aprovado o Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 170/83, celebrado em 09 de maio de 1983, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de REALEZA, visando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento das Safiras – PROSAFRAS, no exercício de 1983.

Art. 2.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO – Presidente;

MÁRIO PEREIRA – Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução n.º 02/85, (Mensagem n.º 08/85 – ex-Proposição n.º 10/85), que encaminha cópia autêntica do Convênio celebrado em 13/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e o Município de Matelândia, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana. – *Aprovado.*

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 02/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º – Fica aprovado o Convênio celebrado em 13 de novembro de 1984, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de MATELÂNDIA, com a participação da Superintendência do Controle da Erosão do Paraná – SUCEPAR, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

Art. 2.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO – Presidente;

MÁRIO PEREIRA – Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução n.º 03/85, (Mensagem n.º 26/85 – ex-Proposição n.º 29/85), que encaminha cópia autêntica de Convênio celebrado em 14/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura, o Ministério da Agricultura e a OCEPAR, visando a execução das atividades de combate, prevenção e erradicação do Bicudo do Algodoeiro do Estado do Paraná. – *Aprovado.*

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 03/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º – Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 14 de novembro de 1984, através da Secretaria de Estado da Agricultura, Ministério da Agricultura e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR, visando a execução das atividades de combate, prevenção e erradicação do Bicudo do Algodoeiro no Estado do Paraná.

Art. 2.^o – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO – Presidente;

MÁRIO PEREIRA – Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução n.^o 04/85, (Mensagem n.^o 31/85 – ex-Proposição n.^o 34/85), que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e Municípios adiante mencionados, objetivando o engajamento dos referidos Municípios no Programa de Manejo Integrado dos Solos. – *Aprovado.*

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.^o 04/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o – Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios de Corbélia, em 19/10/84, Formosa do Oeste, em 17/10/84, Nova Santa Rosa, em 09/10/84, e Guaíra, Nova Aurora e Palotina, em 16/10/84, objetivando o engajamento dos referidos municípios no Programa de Manejo Integrado dos Solos.

Art. 2.^o – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO – Presidente;

MÁRIO PEREIRA – Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução n.^o 05/85, (Mensagem n.^o 35/85 – ex-Proposição n.^o 40/85), que aprova Termos de Convênios celebrados em 19/10/84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e Municípios que especifica, objetivando o engajamento dos Municípios signatários no Programa de Manejo Integrado dos Solos. – *Aprovado.*

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.^o 05/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o – Ficam aprovados os Termos de Convênios celebrados em 19/10/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios de Andirá, Cafelândia, Catanduvas, Centenário do Sul, Céu Azul, Congonhinhas, Cornélio Procopio, Guaraci, Jataizinho, Jesuítas, Mamborê, Matelândia, Medianeira, Nova Prata do Iguaçu, Planalto, Realeza, Renascença, Rolândia, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, Verê e Vitorino, objetivando o engajamento dos municípios signatários no Programa de Manejo Integrado dos Solos.

Art. 2.^o – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO – Presidente;

MÁRIO PEREIRA – Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução n.^o 06/85, (Mensagem n.^o 39/85 – ex-Proposição n.^o 44/85), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 25/06/84 e o Estado de Goiás, tendo como intervenientes as Secretarias da Indústria e do Comércio dos Estados signatários, visando a Cooperação Técnica para desenvolvimento do Programa de Microdestilarias de Alcool, no Estado de Goiás. – *Aprovado.*

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.^o 06/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o – Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Estado de Goiás, em 25/06/84, tendo como intervenientes as Secretarias da Indústria e do Comércio dos estados signatários, visando a cooperação técnica para o desenvolvimento do Programa de Microdestilarias de Alcool, no Estado de Goiás.

Art. 2.^o – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO – Presidente;

MÁRIO PEREIRA – Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução n.^o 07/85, (Mensagem n.^o 24/85 – ex-Proposição n.^o 27/85), que aprova 1.^o Termo Aditivo, de 06/11/84 ao Convênio n.^o 95/SG/83, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 07/12/83 – e o Ministério do Interior com interveniência da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Interior, da SUDESUL e da Secretaria do Planejamento, com objetivos que especifica. – *Aprovado.*

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.^o 07/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o – Fica aprovado o 1.^o Termo Aditivo, datado de 06/11/84, ao Convênio n.^o 95/SG/83, celebrado entre o Estado do Paraná, em 07/12/83, e o Ministério do Interior, com interveniência da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Interior, da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul e da Secretaria de Estado do Planejamento, visando a supervisão e avaliação de eficácia do projeto das cidades de pequeno porte do Estado do Paraná.

Art. 2.^o – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO – Presidente;

MÁRIO PEREIRA – Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução n.^o 08/85, (Mensagem n.^o 18/85 – ex-Proposição n.^o 20/85), que encaminha cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.^o 248/84, celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Santa Cecília do Pavão, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. – *Aprovado.*

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.^o 08/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1.^o – Fica aprovado o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.^o 248/84, celebrado em 16/08/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Santa Cecília do Pavão, objetivando adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do Projeto Prosafras.

Art. 2.^o – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO – Presidente;

MÁRIO PEREIRA – Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução n.º 09/85, (Mensagem n.º 03/85 — ex-Proposição n.º 05/85), que encaminha cópias autênticas de Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e os Municípios que especifica objetivando o engajamento dos Municípios signatários no Programa de Manejo Integrado dos Solos. — *Aprovado.*

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 09/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios de Londrina, em 06/12/84, Missal, em 14/12/84, Santa Helena, em 06/12/84 e Ubatatã, em 10/12/84, objetivando o engajamento dos municípios signatários no Programa de Manejo Integrado dos Solos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

MÁRIO PEREIRA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução n.º 10/85, (Mensagem n.º 42/85 — ex-Proposição n.º 47/85), que encaminha cópias autênticas de Convênios celebrados em 28/12/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras destinadas ao controle da Erosão Urbana. — *Aprovado.*

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 10/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados em 28 de dezembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e os Municípios de Apucarana, Araruna, Assis Chateaubriand, Astorga, Atalaia, Cambira, Cianorte, Jandaia do Sul, Japurá, Londrina, Marilena, Munhoz de Mello, Paranavaí, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Terra Boa, Terra Rica, Ubatatã, Umuarama e Wenceslau Braz, com a participação da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

MÁRIO PEREIRA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução n.º 11/85, (Mensagem n.º 43/85 — ex-Proposição n.º 48/85), que aprova Convênios celebrados em 31/10/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e Municípios adiante mencionados, com participação da COMEC, objetivando de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte de passageiros. — *Aprovado.*

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados em 31 de outubro de 1984, entre o Estado do Paraná, através

da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios de Almirante Tamandaré sob n.º 50/84, Campo Largo sob o n.º 51/84, Colombo sob n.º 52/84, Piraquara sob n.º 53/84 e São José dos Pinhais sob o n.º 54/84, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização Energética — PME/PR na implantação de obras que beneficiam o sistema de Transportes de passageiros.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

MÁRIO PEREIRA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução n.º 12/85, (Mensagem n.º 44/85 — ex-Proposição n.º 49/85), que aprova Convênios de Auxílio e Cooperação celebrados em 07/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com interveniência da FAMEPAR e objetivando aplicar recursos financeiros do FNDU, visando melhoria dos sistemas de transportes. — *Aprovado.*

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios de Auxílio e Cooperação celebrados em 07 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios de Apucarana, n.º 01/84, Cascavel n.º 02/84; Foz do Iguaçu, n.º 03/84; Guarapuava n.º 04/84; Londrina, n.º 05/84; Maringá, n.º 06/84; Paranaguá, n.º 07/84; Paranavaí, n.º 08/84 e Ponta Grossa, n.º 09/84, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR e objetivando a aplicação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano — FNDU, visando a melhoria dos sistemas de transporte.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

MÁRIO PEREIRA — Relator.

- 3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 57/85, de autoria dos Deputados SABINO CAMPOS e GERNOTE KIRINUS, dando ao Município de São José, a denominação de São José das Palmeiras. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

→ COM EMENDA DE PLENÁRIO.

Em votação a emenda. — *Aprovada.*

Em votação o projeto. — *Aprovado.*

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 41/85, (Mensagem n.º 15/85 — ex-Proposição n.º 17/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e os Municípios adiante mencionados, com os objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. *Aprovado, artigo por artigo.*

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 42/85, (Mensagem n.º 07/85 — ex-Proposição n.º 09/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio

n.º 04/84 celebrado em 20/11/84 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Interior, com interveniência da Secretaria da Indústria e do Comércio, o Município de Toledo e o CEAG/PR, objetivando implantação e manutenção de escritório do CEAG/PR, na Cidade de Toledo. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 43/85, (Mensagem n.º 11/85 – ex-Proposição n.º 13/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 12/11/84 através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, objetivando dar atendimento à Legislação Federal e Estadual relacionado com uso e ocupação do solo, e a proteção ambiental da região litorânea do Estado. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 44/85, (Mensagem n.º 19/85 – ex-Proposição n.º 21/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 3º Termo Aditivo n.º 011/84 de 22/11/84 ao Convênio n.º 22/82 celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 18/11/82 através da Secretaria dos Transportes e a GEIPOT, objetivando prestação de serviços de assistência técnica, e a co-participação em estudos e pesquisas de transportes no Estado. EM REGIME DE URGÊNCIA. – *Aprovado, artigo por artigo.*

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 45/85, (Mensagem n.º 30/85 – ex-Proposição n.º 33/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Convênio n.º 004/85/0035, em 28/01/85, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública e a INFRAERO, objetivando prestação de serviço especializado de salvamento e combate a incêndio no Aeroporto de Londrina. EM REGIME DE URGÊNCIA. – *Aprovado, artigo por artigo.*

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 46/85, (Mensagem n.º 37/85 – ex-Proposição n.º 42/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio e Termo de Retificação e Ratificação de 30/07 e 13/08/84, celebrados entre o Ministério do Trabalho através da Secretaria de Emprego e Salário e o Estado do Paraná, tendo como interveniente-conveniente a Secretaria da Indústria e do Comércio, visando a implementação do SINE, no Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. *Aprovado, artigo por artigo.*

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 295/84, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que dá nova redação ao Art. 1.º da Lei Promulgada n.º 09/73, mantidas as divisas constantes dos itens I, II, III, IV. (Cria o Município de NOVA SANTA ROSA com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado dos Municípios de Terra Roxa do Oeste, Palotina e Toledo, conforme Resolução n.º 11/68, e divisas que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. – *Aprovado.*

PROJETO DE LEI N.º 295/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – O Art. 1.º da Lei n.º 09/73, mantidas as divisas constantes dos itens I, II, III e IV, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º – Fica criado o Município de NOVA SANTA ROSA, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado dos Municípios de Terra Roxa do Oeste, Palotina e Toledo, nos termos do resultado do plebiscito autorizado pela Resolução n.º 11/68, e divisas seguintes”.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1984.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, visa corrigir redação constante no art. 1.º da lei supracitada, quando indevidamente acrescentou como sendo território desmembrado do Município de Mal. Cândido Rondon, a criação do Município de Nova Santa Rosa.

Conforme o Ofício n.º 449/84, de 21.09.84, do Instituto de Terras e Cartografia informa, após estudos procedidos pelo Setor de Cadastramento do Departamento de Engenharia, não houve desmembramento territorial do Município de Mal. Cândido Rondon, na criação do Município de Nova Santa Rosa, fato que denota o excesso cometido pela lei.

O presente plano de lei visa corrigir esta inclusão desnecessária, visto que o Município de Nova Santa Rosa não foi desmembrado de Mal. Cândido Rondon, mas apenas fazendo divisas com aquele município.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 295/84

PARECER:

O Projeto de Lei n.º 295/84, de autoria do nobre Deputado Sabino Campos, pretende, através de nova redação, corrigir o Art. 1.º da Lei n.º 09/73, publicada no Diário Oficial de 06/08/73, relacionada com a formação do Município de Nova Santa Rosa.

Como a Proposição não fere preceito legal, e como a justificativa do Autor, a planta do referido Município e o Ofício n.º 449/84, de 21/09/84, do Instituto de Terras e Cartografia provam o acerto da iniciativa o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça é favorável à aprovação do projeto de lei em questão.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente
GILBERTO CARVALHO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 36/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que denomina de PREFEITO JOÃO BATISTA DISTEFANO a PR-151, que liga o Município de São Mateus do Sul ao Município de São João do Triunfo, e este ao Município de Palmeira. Com Parecer Favorável da C.C.J., por Unanimidade. Em Regime de Urgência. – *Aprovado.*

PROJETO DE LEI N.º 36/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica denominada de rodovia PREFEITO JOÃO BATISTA DISTEFANO, a PR-151, que liga o Município de São

Mateus do Sul ao Município de São João do Triunfo e este ao Município de Palmeira.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Através do presente plano de lei, pretendemos prestar uma justa homenagem ao ilustre homem público, que dedicou sua vida para o engrandecimento da região, conforme bem demonstra nossa justificativa.

Nascido em São João do Triunfo, em 30 de julho de 1908 e filho de José Antônio Distefano e Constantina Ferreira Distefano, João Batista Distefano viveu em sua cidade natal, até os 17 anos de idade, época em que ficou órfão de mãe.

Mudou-se para Mallet, onde empregou-se como balconista na casa comercial de Esperidião Hauagge.

Trabalhou até os 23 anos no comércio nas cidades de Mallet e Rebouças, vindo para São Mateus do Sul em 1931. Aqui foi nomeado pelo então Prefeito Municipal, Bernardo Amaral Walff, no cargo de professor subvencionado federal, na localidade de Faxinal dos Ilhéus, sendo o primeiro professor nomeado para aquela localidade, com o ordenado de 150 mil réis mensais.

Como professor, atuou até dezembro de 1939, quando foi exonerado, para dedicar-se a outra atividade.

Instalou-se no comércio de bebidas em geral, nesta cidade, atividade que desenvolveu logo em seguida, em paralelo com o bar e sorveteria.

Em 1942, passou a dedicar-se também à navegação fluvial no Rio Iguaçu. Mais tarde, constituindo a firma Gugelmin e Distefano, juntamente com seu sócio Albino Gugelmin, dedicou-se à indústria de madeira, instalando uma serraria e beneficiamento.

Em 1947, elegeu-se Prefeito Municipal, pela coligação de três partidos: PTB, UDN e PR.

Na sua gestão foram construídas várias casas escolares, no Município. Conseguiu junto ao Governo do Estado, a criação do Ginásio, a instalação do décimo-primeiro Distrito Rodoviário, o Posto de Puericultura, o Posto de Higiene, a Cadeia Pública, a localização da ponte sobre o Rio Iguaçu, no lugar onde hoje se encontra, o que na época trouxe um grande desenvolvimento principalmente ao comércio, adquiriu uma patrulha mecanizada para incremento à agricultura, construída de trilhadeiras e um pequeno trator agrícola, desenvolveu a granja municipal, fomentando a criação de gado leiteiro, com a aquisição de matrizes e reprodutores de raça.

Adquiriu, por compra, uma usina termoeletrica, a qual passou a funcionar no período diurno, possibilitando a instalação de motores elétricos para o abastecimento de água das residências e motores em pequenas indústrias.

Adquiriu, ainda, um caminhão à gasolina, construiu várias pontes e bueiros, nos diversos quarteirões.

Eleito novamente em 1959, iniciou o calçamento da cidade, adquiriu uma motoniveladora, conseguiu a construção da atual agência dos Correios e Telégrafos. Nesta gestão, governou sem a ajuda do Governo do Estado, que por ser de partido político adversário, nunca atendeu a nenhuma de suas reivindicações.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 36/85

PARECER:

Objetiva o presente plano de lei, de autoria do eminente Deputado Anibal Khury, denominar PREFEITO JOÃO BATISTA DISTEFANO, a Rodovia PR-151, que liga o Município de São Mateus do Sul ao Município de São João do Triunfo, e este ao Município de Palmeira.

A escolha do ilustre nome a ser homenageado, decorreu do fato de ter sido ele um emérito benfeitor daquela cidade, para cujo progresso contribuiu decisivamente.

Em tais circunstâncias, inexistindo qualquer óbice de ordem constitucional ou regimental à normal tramitação do projeto pelos demais órgãos desta Casa, opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

HERMAS BRANDÃO — Relator

1.ª DISCUSSÃO— Do Projeto de Resolução n.º 47/85, (Mensagem n.º 47/85- ex-Proposição n.º 65/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópia autêntica de Convênio de Auxílio e Cooperação Técnica n.º 62/84, de 27.12.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e o Município de Almirante Tamandaré, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, na execução de obras Públicas. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 48/85, (Mensagem n.º 09/85- ex-Proposição n.º 11/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, de 22.11.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 49/85, (Mensagem n.º 20/85- ex-Proposição n.º 22/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópias autênticas de Convênios de 10.10 e 13.11.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e, respectivamente, a Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba e Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO— Do Projeto de Resolução n.º 50/85, (Mensagem n.º 46/85- ex-Proposição n.º 51/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópias autênticas dos Convênios de 10.12.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com participação da COMEC, objetivando execução e implementação de atividades do III PROJETO EBTU/BIRD, sub-Projeto PROPAV, visando implantação de obras que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.º 51/85, (Mensagem n.º 41/85- ex-Proposição n.º 46/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópias autênticas de Convênio de 27.12.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transportes de passageiros. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 52/85, (Mensagem n.º 25/85 - ex-proposição n.º 28/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e os Municípios que especifica objetivando o engajamento dos citados Municípios no Programa de Manejo Integrado dos Solos. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Lincoln Graça, ocorrido no dia 30 de maio do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Lincoln Graça, ocorrido no dia 31 de maio do corrente ano, no Município de Joaquim Távora. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a inclusão no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1986, da obra de pavimentação asfáltica de um trecho de 4.621 m. lineares no Município de Ivaiporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de

expediente ao Senhor Secretário do Interior, visando a implantação de flúor no tratamento de água junto ao Município de Colorado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, objetivando a implantação de flúor no tratamento de água junto ao Município de Grandes Rios. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo a implantação de flúor no tratamento de água junto ao Município de Rio Bom. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, objetivando a implantação de flúor no tratamento de água junto ao Município de Sabáudia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e Esporte, visando a liberação de recursos orçamentários para a construção de uma quadra de esportes na localidade de Lirial de São Luiz, Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, com apoio de demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, objetivando a implantação de uma política salarial que permita conceder reajustes de acordo com o aumento do índice inflacionário, em períodos menores do que os utilizados atualmente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, visando policiamento para o módulo existente no Jardim Weisópolis, Distrito de Pinhais, Município de Piraquara. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Jecir Brandalize, ocorrido no dia 3 de junho do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do

expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, visando a implantação de flúor no tratamento dde água junto ao Município de Califórnia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornalista Anísio Moraes pelo 7.^o ano do seu programa levado ao ar pela Rádio Difusora Colméia do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração visando reformas gerais na cancha de esportes do Colégio Estadual Vicente Leporace- Ensino de 1.^o e 2.^o Graus, no Município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do

expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo o aumento do número de canais telefônicos no Município de Juranda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.^o 58/85.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.^{os} 41/85, 42/85, 43/85, 44/85, 45/85 e 46/85.

2.^a DISCUSSÃO- dos Projetos de Lei n.^{os} 295/84, 36/85 e dos Projetos de Resolução n.^{os} 47/85, 48/85, 49/85, 50/85, 51/85 e 52/85.

Levanta-se a sessão.